

Ofício nº 636 /SIE-GGCO/2008

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2008.

Ao Ilmo. Senho
Paulo Masuti Levy
Representante da ENGEPE Engenharia e Pavimentação Ltda
Av. John Fitzgerald Kennedy, 836 – Jardim das Nações
CEP 12030-200 – Taubaté - SP

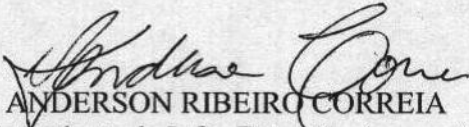
Assunto: **Implantação de natureza perigosa no Município de Americana (SP) na Área de Segurança Aeroportuária – ASA do Aeródromo local.**

Anexos: **Parecer Técnico nº069/GIMA/2007**
Parecer Técnico nº890/ATM/980

Prezado Senhor,

1. Em atenção a Carta s/nº datada de 11 de maio de 2007, informo a Vossa Senhoria que, subsidiada pela conclusão do Parecer Técnico nº 069/GIMA/2007, de 09 de julho de 2007, desenvolvido pela Superintendência de Estudos, Pesquisa e Capacitação para a Aviação Civil (SEP) e do Parecer Técnico nº890/ATM/980, de 18 de dezembro de 2007, desenvolvido pelo Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I), a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), nada tem a opor à implantação do aterro em comento.
2. Contudo, é imprescindível que seja prevista a adoção das medidas preventivas e corretivas descritas no item 6.5.3 do Parecer Técnico nº 069/GIMA/2007, que deverão constar como condicionantes na futura Licença Ambiental de Operação, além do atendimento à todas as exigências explicitadas no Parecer Técnico nº890/ATM/980.

Atenciosamente,


ANDERSON RIBEIRO CORREIA
Superintendente de Infra-Estrutura Aeroportuária

PROTOCOLO ANAC

60.800.029910/2008-46



PRIMEIRO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO

PARECER	Nº 890/ATM/980	RESPONSÁVEL: 1º TEN QOECTA EUGÊNIO EDISON SILVA
	DATA: 18/12/2007	
ASSUNTO	Autorização para implantar Aterro Sanitário em Americana - SP.	
ANEXOS	Oficio nº416-RJ/SIE-GGIT/2007, de 13 de agosto de 2007..	

1. OBJETIVO

Analisar a implantação em função do Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromos, dos Planos de Zona de Proteção de Helipontos, e quanto às implicações no tráfego aéreo.

2. DOCUMENTOS ANALISADOS

2.1 Portaria nº 1.141/GM5, de 08 de dezembro de 1987 – Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromos;

2.2 Resolução CONAMA Nº 4, de 9 de outubro de 1995.

2.3 Ofício nº416-RJ/SIE-GGIT/2007, de 13 de agosto de 2007.

3. DOCUMENTOS ANEXADOS

Ofício nº178/OATM052/1685, de 26 de junho de 2007.

4. DADOS

4.1 Identificação e natureza do aproveitamento: Aterro Sanitário;

4.2 Coordenadas geográficas: 22°42'12" / 047°12'23", altitude: 640,00 metros.

OBS: Dados informados pelo requerente, sendo de sua responsabilidade a veracidade das informações.

5. ANÁLISE

5.1 Quanto à Zona de Proteção de Aeródromos:

O aterro estará localizado fora do Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo.

5.2 Quanto à Zona de Proteção de Helipontos:

Não há restrições;

5.3 Quanto às implicações no tráfego aéreo:

O aterro estará localizado no azimuth 048°, a 8.500 metros do Aeródromo de Americana/Americana – SP (SDAI). Esta localização está afastada do circuito de tráfego da pista, porém sujeita a interferência de bando de pássaros caso o aterro não seja eficiente em evitar a atração

Cód SGED: 000048989

PROTOCOLO COMAER

3º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE TAUBATÉ
RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, 37 - CENTRO - TAUBATÉ - CEP: 12020-040
FONE/FAX: (12) 3629-2638 - TABELIÃ: FLÁVIA REGINA ORTIZ STREHLER

3º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE TAUBATÉ
RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, 37 - CENTRO - TAUBATÉ - CEP: 12020-040
FONE/FAX: (12) 3629-2638 - TABELIÃ: FLÁVIA REGINA ORTIZ STREHLER

3º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE TAUBATÉ
RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, 37 - CENTRO - TAUBATÉ - CEP: 12020-040
FONE/FAX: (12) 3629-2638 - TABELIÃ: FLÁVIA REGINA ORTIZ STREHLER

3º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE TAUBATÉ
RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, 37 - CENTRO - TAUBATÉ - CEP: 12020-040
FONE/FAX: (12) 3629-2638 - TABELIÃ: FLÁVIA REGINA ORTIZ STREHLER

6.1 Esta seção não vê impedimento ao requerido, desde que atendida a recomendação do item 7.

6.2 Este Parecer refere-se, exclusivamente, a aspectos de tráfego aéreo relativos ao empreendimento pretendido, não eximindo o requerente do que lhe compete na observância de normas e diretrizes estabelecidas por outros Órgãos Públicos.

7. AÇÃO RECOMENDADA

7.1 Segundo o Parágrafo 3º do artigo 46 da Portaria 1.141, O Comando Aéreo Regional – COMAR decidirá contrária ou favoravelmente sobre a execução da implantação, caso esta seja de natureza perigosa ou não, respectivamente, após examinar os pareceres técnicos do SERENG e SRPV. Portanto cabe ao COMAR IV decidir sobre a execução da implantação.

7.2 Embora o Aterro não constitua “obstáculo” à luz da Portaria 1.141, a autoridade competente que irá autorizar a implantação deverá analisar detalhadamente a interferência quanto à possibilidade de atração de pássaros de acordo com o Parecer técnico nº69/GIMA 2007, de 09 de julho de 2007. Caso seja verificada a possibilidade de atração de pássaros, a implantação deverá ser proibida.

NO

RONALDO NEY TELLES BELCHIOR OLIVEIRA FILHO Cel Av

Chefe da Divisão Operacional

Jari Carlos da Silva

Ten Cel Esp CTA

Cód SGED: 000048989

PROTOCOLO COMAER

60800.037419/2007-16

3º 3º TABELÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE TAUBATÉ
RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, 37 - CENTRO - TAUBATÉ - CEP: 12020-040
FONE/FAX: (12) 3629-2636 - TABELÃO: FLÁVIA REGINA ORTIZ STREHLER

**** AUTENTICAÇÃO ****
AUTENTICO A PRESENTE COPIA, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL, E DOU
Taubaté, 28 DE maio DE 2008.
[Assinatura]
VANILDA FERREIRA DA SILVA BARROZA - Substituta
Custas: R\$ 1,85 - Operador: Davi
Valido Somente com o Selo de Autenticidade Selo(s): 409984-1185AA
Qualquer rasura ou rasura será considerado como indicio de adulteração ou tentativa de fraude



industriais classe II da Prefeitura Municipal de Americana - SP, na Área de Segurança Aeroportuária (ASA) do Aeroporto de Americana (SDAI).

2. CONCLUSÃO

2.1 Este Parecer considerou:

- a) Carta S/Nº da Empresa ENGEPP Engenharia e Pavimentação Ltda. de 11 Maio 2007, solicitando anuência por parte da ANAC para implantação e operação de aterro sanitário na ASA do SDAI (3.1).
- b) O Relatório de Impacto Ambiental do Aterro Sanitário em Regime de Co-disposição com resíduos industriais classe II de Americana - SP (3.2), que descreve caracterização física, ambiental e de ocupação da área, aponta condições físicas e ambientais favoráveis e define sistemas de monitoramento e controle;
- c) Declaração da Prefeitura Municipal de Americana comprovando a falta de alternativa locacional para implantação da atividade proposta no município e na região em questão (3.3);
- d) Croqui de localização do Aterro Sanitário em Regime de Co-disposição com resíduos industriais classe II da Prefeitura Municipal de Americana - SP (3.4), onde se observa que o empreendimento estará localizado fora das Áreas de Aproximação e de Transição do SDAI; e
- e) Possibilidade de mudar as características técnicas e operacionais do projeto de engenharia do Aterro Sanitário em Regime de Co-disposição com resíduos industriais classe II, de modo a mitigar o potencial de atração de aves referente ao mesmo.

2.2 Com relação aos aspectos de perigo aviário e da adequada segurança operacional do SDAI, esta SEP entende que é possível autorizar a implantação requerida, desde que o empreendimento obtenha parecer favorável do CINDACTA I.

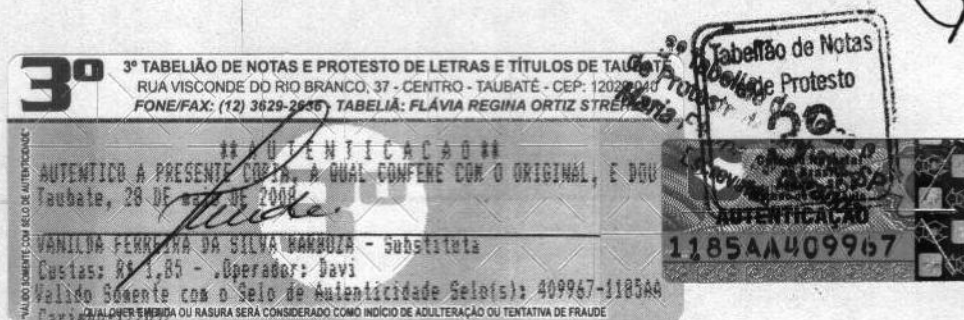
2.3 Para tanto, é determinante e de ordem obrigatória que o empreendedor tome todas as ações necessárias e discriminadas a seguir:

- a) obtenção de posicionamento favorável do órgão de controle do espaço aéreo local, neste caso o CINDACTA I, quanto às implicações inerentes à proteção ao voo e o estabelecido no artigo 46 da Portaria nº 1.141/GM5, de 08 dez, 1987; e
- b) adoção das medidas preventivas e corretivas apontadas neste parecer (6.5.3), as quais deverão ser compulsoriamente, incluídas como condicionantes da Licença Ambiental de Operação - LO, a ser expedida pelo Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental do Estado de São Paulo (DAIA).

2.4 Por fim, cabe o encaminhamento deste processo à Superintendência de Infra-Estrutura Aeroportuária - SIE para considerar as medidas propostas para garantir a adequada segurança operacional do Aeroporto de Americana (SDAI), quando da decisão sobre o pedido de autorização de implantação da atividade proposta.

3. DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O PROCESSO Nº. 60800.018326/2007-84

- 3.1 Carta S/Nº da Empresa ENGEPP Engenharia e Pavimentação Ltda. de 11 Maio 2007 para ANAC;
- 3.2 Relatório de Impacto Ambiental do Aterro Sanitário em Regime de Codisposição com Resíduos Industriais Classe II e Autoclave, elaborado pela Empresa RESITEC - Tecnologia em Resíduos Ltda. de Março 2006;
- 3.3 Ofício nº 1605/GP/06/2007 - protocolo 39430/2007 de 28 jun. 2007 da Prefeitura Municipal de Americana - SP que atesta a falta de alternativa locacional no município para o aterro proposto.
- 3.4 Croqui de localização do Aterro Sanitário em Regime de Co-disposição com resíduos industriais classe II e Autoclave da Prefeitura Municipal de Americana - SP.



5.1 O Município de Americana possui aproximadamente 200 mil habitantes, gerando aproximadamente 100 toneladas de lixo, constituindo-se no quarto maior gerador de resíduos domésticos da Região Metropolitana de Campinas.

5.2 Segundo documento emitido pela Prefeitura de Americana (3.3), o empreendimento proposto irá suprir as necessidades do Município até o ano de 2027, com solução para a situação atual, porque o município exporta os resíduos para o Município de Paulínea, a fim de dar uma destinação adequada aos seus resíduos, posto que, os resíduos sólidos urbanos gerados no município de Americana eram destinados anteriormente para um vazadouro localizado na região norte do Pós-Represa, próximo ao Rio Jaguari, que foi desativado devido ao esgotamento de sua vida útil.

5.3 Conforme documento emitido pela Prefeitura de Americana (3.3) a escolha de uma área propícia para um aterro sanitário foi iniciada considerando o Mapa de Zoneamento Urbano, conforme a legislação municipal vigente, eliminando áreas de urbanização controlada e áreas com limitações ambientais. Considerando ainda que a quase totalidade da área do território do Município está abrangida pela Área de Segurança Aeroportuária – ASA, em relação ao aeroporto local, a Prefeitura Municipal atestou a falta de alternativa locacional para o empreendimento proposto.

5.4 Foi observado que o Parecer conclusivo por parte do órgão de controle do espaço aéreo, neste caso específico o CINDACTA I, está ausente no processo, sendo a sua inclusão necessária para tomada de decisão da Superintendência de Infra-Estrutura Aeroportuária – SIE.

6. ANÁLISE

6.1 LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

6.1.1 Conforme informações do Relatório de Impacto Ambiental do Aterro Sanitário em Regime de Codisposição com Resíduos Industriais Classe II (3.2) elaborado pela Empresa RESITEC, contratada pela Prefeitura Municipal de Americana, a área proposta para implantação do aterro sanitário situa-se entre as coordenadas geográficas 273090, 7487165; 273476,7487193; e 273697,7487808 a uma distância de aproximadamente 8,5 Km do Aeroporto de Americana – SDAI, e, portanto, dentro da Área de Segurança Aeroportuária – ASA.

6.1.2 A localização do empreendimento proposto é resultante da análise de oito sítios, sendo esta a melhor alternativa sob o ponto de vista técnico-econômico e, principalmente, ambientalmente viável, visto que as suas características geológicas e hidrogeológicas são extremamente favoráveis a este tipo de empreendimento, além das questões de distâncias de população e de corpos de água (3.2).

6.2 ASPECTO LEGAL ENVOLVIDO

6.2.1 As atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental, a exemplo das atividades de destinação final de resíduos sólidos urbanos são reguladas pela Resolução CONAMA Nº 237/97 (4.4), que obrigam a submissão dessas atividades ao processo de licenciamento ambiental e a apresentação de estudos definidos pelo órgão ambiental competente. Além disso, estas atividades são consideradas de natureza perigosa, face ao potencial de atração de aves dos resíduos orgânicos, o que remete à aplicação da Resolução CONAMA Nº 4/95 (4.2).

6.2.2 Segundo a Portaria nº 1.141/GM5 (4.1), abaixo das Áreas de Aproximação e de Transição dos aeródromos e helipontos não são permitidas implantações de natureza perigosa, embora não ultrapassem os gabaritos fixados; entretanto, considerando-se tratar de aeroporto com operação VFR e Número de Código de Referência 2, conforme croqui de localização, observou-se que a área do empreendimento encontra-se fora das citadas áreas do Plano Básico de Zona de Proteção do Aeródromo (3.4).

6.2.3 Uma vez que a área pretendida, dista cerca de 8,5km do centro da pista de pouso e decolagem do SDAI e as atividades operacionais ocorrem de acordo com características VFR, o empreendimento proposto fere o estabelecido na Resolução CONAMA Nº 4/95 (4.2), que determina uma Área de Segurança Aeroportuária com raio de 13km a partir do centro geométrico da pista de pouso e decolagem.

3º

3º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE TAC
RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, 37 - CENTRO - TAUBATÉ - CEP: 12060-000
FONE/FAX: (12) 3626-2636 - TABELIÃO: FLÁVIA REGINA ORTIZ STRECH

*** AUTENTICAÇÃO ***
AUTENTICO A PRESENTE COPIA, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL, E DOU
Taubaté, 20 de maio de 2008

VANILDA FERREIRA DA SILVA BARBOZA - Substituta
Custódia: R\$ 1,85 - Operador: Davi
Valido Somente com o Selo de Autenticidade Selo(s): 409970-1185AA
Para qualquer dúvida ou rasura será considerado como indicio de adulteração ou tentativa de fraude

Tabelião de Notas
e Protesto

AUTENTICAÇÃO
1185AA409970

encaminhados para uma área coberta para armazenamento temporário e triagem. A próxima etapa é o encaminhamento para a autoclavagem e depois para o triturador para enfim serem encaminhados para o aterro de resíduos.

6.3.3 Os resíduos industriais serão analisados, classificados, acompanhados de manifesto de transporte, conforme preconizado em Norma ABNT, encaminhados para pesagem e posterior encaminhamento para destinação final.

6.3.4 O tratamento dos resíduos sólidos domiciliares ocorrerá de forma análoga, com cadastramento dos caminhões coletores, pesagem e encaminhamento para descarga junto à frente de trabalho.

6.3.5 Cada célula de lixo terá volume correspondente ao volume de lixo encaminhado ao aterro pelos caminhões da coleta, no período de um dia, que deverão ser descarregados na superfície do terreno e empurrados por um trator de esteiras, formando camadas sobrepostas de espessura de 15 a 40 cm. A compactação dos resíduos deverá ser feita pelo próprio peso do trator e por fim, os resíduos receberão uma camada de cobertura de solo do próprio terreno com espessura de 30 a 40 cm.

6.3.6 O colchão drenante de chorume e os drenos verticais de gases que acompanham a execução das camadas de resíduo serão implantados na medida em que os mesmos forem atingindo cotas mais elevadas.

6.3.7 Ainda conforme o RIMA (3.2), o empreendimento prevê, para evitar a infiltração da água de chuva, um sistema de impermeabilização sobre a camada superior de resíduos, com uma manta de PEAD de 1mm e sobre esta, um colchão drenante com geogrelha protegido por um geotextil de 200g/m². Sobre esta camadas, será aplicada uma camada final de cobertura com solo argiloso e 60cm de espessura, finalizando o aterro com uma última de solo orgânico para gramíneas com 20cm de espessura.

6.3.8 A jornada de trabalho será de 15 horas, devendo o aterro funcionar das 7:00h da manhã às 22 horas. Entretanto, como regra básica a operação deve se proceder até que a última descarga de cada período esteja espalhada, compactada e coberta com terra.

6.3.9 O RIMA (3.2) prevê um Plano de Acompanhamento e Monitoramento do empreendimento, mas somente com relação a controle da qualidade do meio ambiente relacionados à qualidade das águas superficiais e subterrâneas, qualidade do ar, riscos associados à ocorrência de erosão ou instabilização de taludes do terreno, eficiência da autoclave, não incluindo monitoramento da avifauna.

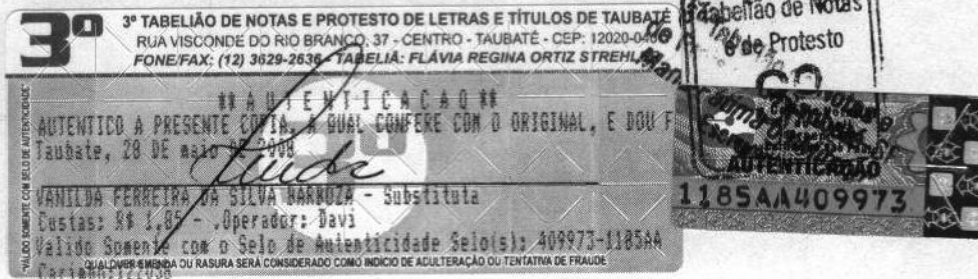
6.4 ASPECTOS QUANTO AO PERIGO AVIÁRIO

6.4.1 O RIMA (3.2) não aborda de forma específica ações mitigadoras ou de controle do perigo aviário, apesar de apresentar uma caracterização da avifauna local e regional, bem como prevê o cobrimento constante do lixo evitando a atração de urubus que possam permanecer sobre as árvores do fragmento de mata para se alimentarem.

6.4.2 A caracterização da avifauna local e regional identificou na área de influência direta do empreendimento algumas aves que fazem parte das estatísticas de colisão entre aves e aeronaves – *International Bird Strike System* – IBIS, como o gavião carcará (*Polyborus plancus*), o anu-preto (*Crotophaga ani*), o anu-branco (*Guiraca guiraca*), o quero-quero (*Vanellus chilensis*), a coruja do campo ou buraqueira (*Speotyto cunicularia*) e o urubu da cabeça preta (*Coragyps atratus*).

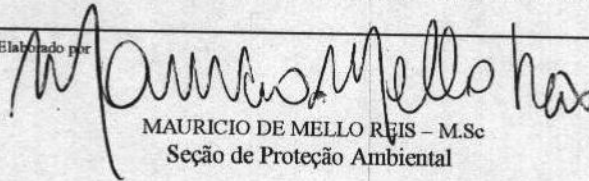


6.5 DIAGNÓSTICO QUANTO À SOLICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA

6.5.1 A emissão de parecer técnico quanto à implantação de atividade de natureza perigosa com potencial de atração de aves em ASA de aeródromos, deve ser precedida de estudos que comprovem a falta de alternativa locacional para o empreendimento e posicionamento favorável do órgão de controle do espaço aéreo local, neste caso, o CINDACTA I, considerando implicações inerentes à proteção ao voo.



I, quanto ao tráfego aéreo do aeroporto local, o empreendedor deverá providenciar a adoção das seguintes medidas preventivas e corretivas ao projeto apresentado, a serem inseridas como condicionantes da Licença Ambiental de Operação, a ser expedida pelo Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental (DAIA):

- operar o empreendimento de forma que, em momento algum, o mesmo venha a se constituir em foco de atração de aves;
- dispor os resíduos em frente única de trabalho;
- operar constantemente a compactação e o cobrimento com espessura mínima de 30 cm de material terroso dos resíduos dispostos no aterro sanitário durante todo o período de funcionamento;
- prover a cobertura dos resíduos dispostos com manta de sacrifício de PVC, quando identificada a impossibilidade do emprego de material terroso;
- providenciar a instalação imediata de tela exclusora de aves na área de trabalho, sempre que solicitado pela autoridade de aviação civil e seus agentes;
- manter reserva de material terroso, em local abrigado, em quantidade suficiente para o atendimento de, no mínimo, dois dias normais de atividade, para o cobrimento dos resíduos dispostos;
- Limitar as alturas das células de recepção de resíduos de modo a não ultrapassarem os gabaritos estipulados no Plano de Zona de Proteção do aeroporto.
- recuperar imediatamente o aterro controlado localizado na região norte do Pós-Represa, próximo ao Rio Jaguari, conhecido como Aterro controlado de Salto Grande;
- não receber no local lodo fresco de Estação de Tratamento de Efluentes (ETE);
- manter uma Patrulha de Operação de Reserva composta de trator sobre esteiras, dotado de lâmina, pá carregadeira e caminhão basculante;
- Inserir no Plano de Acompanhamento e Monitoramento do empreendimento o monitoramento e inspeção sobre a concentração de aves no empreendimento.
- desenvolvimento de estudo técnico por pessoal especializado com recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), para fins de: monitoramento da presença de aves (levantamento qualitativo e quantitativo) e dos focos significativos de atração das mesmas na área de influência do empreendimento (atividades antrópicas e biomas); bem como apresentar avaliação das ações mitigadoras e orientar quanto adoção de outras medidas. Apresentar levantamento mensal das informações, com elaboração de relatórios parciais semestrais e relatório conclusivo anual. O respectivo estudo deverá ser enviado ao órgão ambiental estadual e à ANAC para o acompanhamento das medidas adotadas;
- trabalho de conscientização ambiental com a comunidade local, voltado para a compreensão do perigo aviário e sua relação com as deficiências de saneamento básico presentes na região;
- adoção imediata de novas medidas de controle do perigo aviário, quando solicitadas pela Autoridade de Aviação Civil.//

<p>Elaborado por</p>  <p>MAURICIO DE MELLO REIS - M.Sc Seção de Proteção Ambiental</p>	<p>APROVADO POR:</p>  <p>WILSON VILANOVA FILHO - M.Sc Gerente de Infra-estrutura e Meio Ambiente</p>
<p>Revisado por</p>  <p>CARLOS ALBERTO FONTELES DE SOUZA M.Sc Chefe da Seção de Proteção Ambiental</p>	

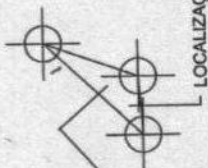
3º 3º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE TAUBATÉ
RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, 37 - CENTRO - TAUBATÉ - CEP: 12020-000
FONE/FAX: (12) 3629-4639 - TABELIÃO: FLÁVIA REGINA ORTIZ STREHLER

AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL, E DOU FÉ
Taubaté, 28 de maio de 2008

VANILDA FERREIRA DA SILVA BARROZA - Substituta
Custas: R\$ 1,85 - Operador: Davi
Valido Somente com o Selo de Autenticidade Selo(s): 409976-1185AA
Qualquer rasura ou rasura será considerado como início de adulteração ou tentativa de fraude

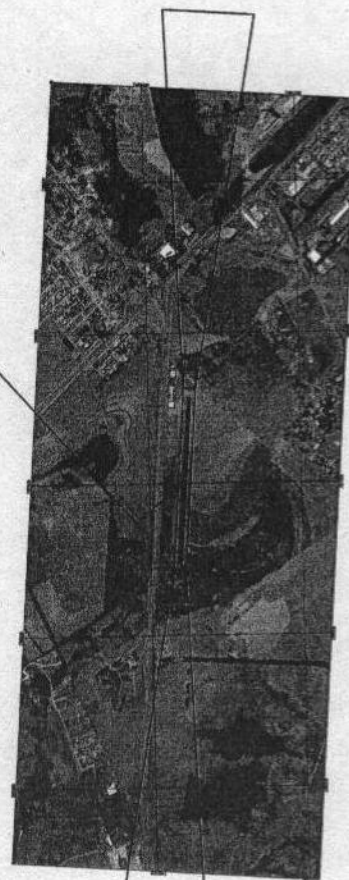


PLANO BÁSICO DE ZONA DE PROTEÇÃO DO AEROPORTO DE AMERICANA - CÓDIGO 2VFR SDAI - SÃO PAULO



LOCALIZAÇÃO DO

8513



CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO EM REGIME DE C
COM RESÍDUOS INDUSTRIAIS CLASSE II E AUTOCLAVE

DATA: MAI/2007

ESCALA: 1/50.000

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC

3º

3º TABELÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE TAUBATÉ
RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, 37 - CENTRO - TAUBATÉ - CEP: 12020-040
FONE/FAX: (12) 3629-2636 - TABELIA: FLÁVIA REGINA ORTIZ STREHLER

VAL DO SEMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

AUTENTICACAO
AUTENTICO A PRESENTE COPIA, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL, E DO
Taubaté, 28 DE maio DE 2008

VANILDA FERREIRA DA SILVA BARBOSA - Substituta

Custas: R\$ 1,80 - Operador: Davi

Valido Somente com o Selo de Autenticidade Selo(s): 409979-1185AA

Qualquer rasura ou rasura será considerado como indicio de adulteração ou tentativa de fraude

Tabelião de Notas
e de Protesto

3º Tabelião de

de Protesto de

Manoel

AUTENTICACAO

1185AA409979